

## NACIONALIDADE, DIREITO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO CEARÁ (1963-1970)

MARDÔNIO GUEDES<sup>56</sup>  
LIDIA ANDRADE LOURINHO<sup>57</sup>  
FERNANDA DERNADIM<sup>58</sup>

### RESUMO

No Brasil, durante a segunda metade do século XX, é notória a relação existente entre planejamento nacional da educação, direito e gestão pública estadual. De tal modo, o trabalho de pesquisa aborda a construção dos discursos sobre nacionalidade, planejamento educacional e direito à educação no Ceará, entre os anos de 1963 a 1970. Para tanto, utilizaremos prioritariamente fontes documentais sobre campo educacional que compõem o acervo do Arquivo Público do Estado. O uso da referida documentação permite uma inserção no universo de produção das políticas estaduais de planejamento educacional. Além disso, o acervo documental traz à baila inúmeras correspondências individuais que descrevem a problemática cotidiana do acesso à educação. Por este viés, o estudo focalizará a trama histórica que produziu conflitos sociais associados ao planejamento educacional e o direito à educação no Ceará.

### PALAVRAS-CHAVES

Nação. Educação. Direito.

### ABSTRACT

In Brazil, during the second half of the twentieth century, the relationship between national planning of education, law and state public management is well known. Thus, the research work addresses the construction of discourses on nationality, educational planning and the right to education in Ceará, between 1963 and 1970. To do so, we will primarily use documentary sources on the educational field that make up the archive of the Public Archive of State. The use of the mentioned documentation, allows an insertion in the universe of production of the state policies of educational planning. In addition, the documentary collection brings to the fore countless correspondences individuals that describe the daily problematic of access to education. Due to this bias, the study will focus on the historical plot that has produced social conflicts associated with educational planning and the right to education in Ceará.

Key words: Nation, Education, Hight.

---

56 Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1995), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2010). Atualmente é professor do Centro Universitário Farias Brito (FB Uni).

57 Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Doutora em Saúde Coletiva (Uece/UFC/Unifor). Mestre em Educação em Saúde (Unifor). Fonoaudióloga. Psicopedagoga. Pesquisadora do Laboratório de Saúde nos Espaços Educacionais com foco na Educação em Saúde e na Formação em Saúde, ligado ao Doutorado em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (Unifor). É coordenadora de desenvolvimento pedagógico do Centro Universitário Farias Brito.

58 Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade de Fortaleza (2000), Mestrado em Educação em Saúde pela Universidade de Fortaleza (2003) e Doutorado em Ciências da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Chile (2009). Atualmente é Diretora Acadêmico - Administrativa do Centro Universitário Farias Brito e do Sistema Farias Brito de Ensino, em Fortaleza - Ceará

## 1. INTRODUÇÃO

*Precisamos educar o Brasil.  
Compraremos professores e livros,  
assimilaremos finas culturas,  
abriremos dancings e subvencionaremos as elites.  
Cada brasileiro terá sua casa  
com fogão e aquecedor elétricos, piscina,  
salão para conferências científicas.  
E cuidaremos do Estado Técnico*

CARLOS DRUMMOND

No artigo abordaremos as concepções de planejamento educacional, nacionalidade, gestão pública e direito à educação, construídos, simultaneamente, pelo poder executivo e por correspondências de indivíduos que vivenciaram as problemáticas educacionais do Ceará, no período de 1963 a 1970. As fontes de pesquisa contidas no fundo documental Virgílio Távora são cruciais para a construção da análise proposta. Os referidos documentos fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará. É válido destacar que o político cearense Virgílio Távora, durante o século XX, ocupou as funções públicas de Governador do Estado do Ceará, Deputado e Senador. De tal forma, podemos observar uma trajetória política intimamente associada à construção da gestão pública local.

A despeito da década de sessenta no Ceará é relevante mencionar a elaboração do Plano de Metas Governamentais (PLAMEG) em 1963, que serviu de base para os propósitos da primeira experiência de Virgílio Távora no campo da administração pública. A proposta em tela estava pautada pelo esforço de elencar diretrizes para o desenvolvimento econômico-social do Estado. Por outro lado, sobre a gestão pública no Brasil, podemos afirmar que a prática de elaborar planos governamentais é recente, conforme Freitag (1986: 99):

O uso da técnica de planejamento pela política estatal no Brasil é de data recente. Em períodos anteriores por nós analisados, somente foram elaborados quatro planos globais: O “Plano SALTE”, de 1948, para o governo do General Dutra; o “Plano de desenvolvimento”, elaborado entre 1951 e 1953 por uma comissão Mista/ Estados Unidos, para o Governo Getúlio Vargas; o “Programa de Metas”, baseado no plano anterior, elaborado em 1956 para o Governo Kubitschek e, finalmente, o “Plano Trienal” de Celso Furtado, de 1962, para o Governo Goulart. Somente este último contém uma primeira consideração sobre a necessidade da formação de recursos humanos para a promoção do desenvolvimento. Pela primeira vez chama atenção para a importância do planejamento educacional como parte integrante do planejamento global.

No que concerne o PLAMEG, é plausível inferir que o referido documento institucional possuía íntima relação com a lógica capitalista de modernização em voga no Brasil, em sintonia com o plano de metas de Juscelino Kubitschek, produzido durante os anos 50. Proposta sedimentada na perspectiva de planejar o crescimento da economia nacional e impulsionar a industrialização do país. Ainda sobre a década de 1960, no Brasil, convém observarmos que o “Plano Trienal” – produzido durante o Governo João Goulart em 1962 – atribuía relevância a formação de recursos humanos para promover o desenvolvimento econômico nacional. Além disso, considerava significativo o papel da educação na macro-política de planejamento estatal.

As políticas desenvolvimentistas dos anos 60, no Brasil, irão vislumbrar um papel para educação na efetivação do processo de crescimento da economia nacional. De tal modo, o campo educacional começa a ganhar relevo na preparação de indivíduos com qualificação técnica voltada para o desenvolvimento social. Portanto, havia a necessidade de identificar problemas da educação e propor soluções. O fortalecimento da relação entre ensino, direito à educação e mercado de trabalho em prol do crescimento da economia do país era emblemático. Assim, os referidos pressupostos influenciaram a composição do PLAMEG e a gestão do Estado nacional durante o período focalizado por esta pesquisa.

## 2. METAS PARA O MUNDO EDUCACIONAL

Durante o período Pós-64, no Brasil, sobre os modelos educacionais que norteavam as políticas federais e estaduais, podemos assinalar:

O regime militar enfatiza o planejamento como instrumento de governo que parte da esfera decisória central (União) para as unidades federadas (Estados e Distrito Federal). Ao planejamento global corresponde um planejamento setorial, por área de atuação. Assim, o planejamento educacional é um setor do Plano Setorial de Desenvolvimento (PND), daí a expressão Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PSECD), utilizada em alguns dos documentos de planejamento educacional do período. (VIEIRA, 2002: 277)

Deste modo, as políticas públicas passam a ter o planejamento da educação com uma eficaz ferramenta de desenvolvimento social. No panorama local, o PLAMEG estabelece relevância para o setor educacional, por intermédio do diagnóstico das especificidades educacionais do Estado. Assim, problemas a serem enfrentados são delineados e objetivos que deverão ser alcançados para o quadriênio de 1963-1966 são apresentados. Discursos que foram apropriados no cotidiano da educação local. Portanto, nos anos 1960, os propósitos aludidos demarcaram a gestão pública estadual e as reivindicações descritas em correspondências enviadas a Virgílio Távora por indivíduos que vivenciaram o campo educacional cearense.

A fim de discutir aspectos da trama histórica que construiu a educação local no período, iremos, preliminarmente, lançar alguns questionamentos sobre a solicitação de um estudante para Virgílio Távora. A correspondência traz à tona elementos relacionados à qualificação profissional, emprego, acesso à educação e planejamento governamental. Um solicitante da cidade de Russas, em julho de 1968, afirmou a Virgílio:

*Venho por intermédio de esta correspondência solicitar do ilustre político e homem público, um emprego para mim, a fim de que eu possa concretizar meus ideais. Sou um rapaz que a tempo venho com meus estudos paralisados porque minha situação não permite dar continuação (sic). Solicito a Vossa Excelência com este esclarecimento porque sei o que foi feito no Plano Educacional durante Vossa administração a frente do governo do Estado do Ceará. Sei o que Vossa Excelência acha do desenvolvimento educacional.*

*Há muito tempo venho desempregado e planejando para ver se consigo [...]; inclusive tenho solicitado a alguns deputados estaduais aqui no Ceará, mas até o momento só fizeram prometer, nada ainda pude obter.*

*Tenho um irmão aqui em Russas, funcionário dos Correios e Telégrafos, que passou a assumir esses cargos quando V. Excelência era ministro da viação. Encontra-se feliz e bem remunerado, isto graças a V. Excelência.*

*Sempre confiei em Vosso punho, como um político ideal, dinâmico a quem o Ceará e seus filhos muito devem. Confiando em Vossa excelência estarei certo de que serei bem sucedido e então poderei acreditar que agora me empregarei, mesmo depois de tanta luta.*

*Um detalhe da minha solicitação: desejaria que Vossa Excelência conseguisse um emprego para mim em Fortaleza porque o principal motivo deste apelo é a conclusão de meus estudos e lá é onde poderei continuar a me realizar. Estou atualmente aqui em Russas. Meu nome completo é [nome]*

*Certo de que serei atendido aqui finalizo.*

*Atenciosamente*

*[nome]*

Este caso aponta múltiplos elementos expressos nas correspondências do Acervo Virgílio Távora: a busca de um emprego para dar continuidade às atividades educacionais e a apropriação de elementos associados às ações de planejamento da educação estadual, inauguradas pelo governo de 1963, são patentes. A carta foi escrita no momento em que Virgílio era deputado federal. O solicitante evoca a passagem do parlamentar pela administração do governo do Estado e considera que a referida gestão esteve pautada pelo desenvolvimento educacional.

O parlamentar é citado como um homem confiável, de habilidade política e sensível à problemática do desemprego que se tornava um grande empecilho para que os jovens continuassem seus estudos. Os referidos elementos contidos na fonte acima trazem à tona as relações entre ensino, planejamento, trabalho e práticas paternalistas a despeito da resolução das problemáticas do campo educacional.

O objetivo de superar os aludidos embates, por intermédio da intervenção parlamentar, destacado na fonte transcrita, compunha os discursos de vários solicitantes no universo de correspondências do acervo Virgílio Távora. A carta tratava da problemática do desemprego que afetava a vida de muitos jovens no período focalizado. Nesse caso, “não ter trabalho” era um grande empecilho para os indivíduos que desejavam obter formação escolar na rede de ensino pública ou privada. Devido o desemprego gerar incapacidade de garantir as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento das atividades educacionais, a busca de proteção de um parlamentar ou o contato direto, por meio de correspondência, com o governador poderia possibilitar a superação das dificuldades vivenciadas.

Ademais, a confiança no papel de “protetor dos necessitados”, atribuído a Virgílio, emergia em diversas justificativas de solicitantes. Os correspondentes lhe definiam, muitas vezes, em suas narrativas, como um homem justo, competente, de diversas realizações administrativas. Esta primeira correspondência abre um leque de possibilidades de análise das questões relacionadas a planejamento, paternalismo e troca de favores no mundo da educação.

A investigação de cartas que tratam de solicitações educacionais e dos discursos governamentais – relacionados ao planejamento da educação estadual – constitui a pesquisa proposta. Focalizaremos, assim, tensões e conflitos que foram registrados em documentos oficiais do poder público, bem como fontes não institucionais que continham narrativas pontuadas por solicitações oriundas da área de ensino.

Na discussão suscitada, convém atentar para os propósitos governamentais de redefinição do modelo de administrativo da educação no âmbito da esfera pública:

Nesse mandato, Virgílio nomeou uma equipe para a Secretaria de Educação formada por educadores reconhecidos como de esquerda e recrutou economistas e engenheiros para a área de planejamento. Entregou a Secretaria da Fazenda um oficial do Exército, inovando em relação às administrações anteriores. Contudo, não abandonou práticas tradicionais da política, como nomeações para cargos administrativos de afilhados ligados a políticos do seu grupo e apoio a lideranças locais. (ALENCAR, 2006: 21)

Nessa perspectiva, o planejamento assumia um papel relevante na condução dos propósitos de desenvolvimento almejados pelo governo estadual. Entretanto, análises sobre a gestão pública do período assinalam que havia a permanência de práticas políticas relacionadas ao paternalismo e apadrinhamento na esfera administrativa e educacional do governo Virgílio Távora. Práticas sociais que, no discurso governamental, eram associadas ao atraso e consideradas um entrave à efetivação do planejamento estatal. Dessa forma, eram forjados os conflitos entre os propósitos de manter e/ou superar práticas clientelistas na gestão pública.

Sobre o PLAMEG, podemos afirmar que havia o esforço em destacar a necessidade de superação do caráter agropecuarista da economia do Ceará, na tentativa de atrelar o Estado à dinâmica da produção nacional, mediante o incremento do processo de industrialização local.

No campo educacional, o combate ao “atraso” encontrava eco na capacitação técnica de profissionais voltada para a industrialização. Segundo Melo, educação e desenvolvimento social estavam atrelados:

Não haveria desenvolvimento, leia-se industrialização, sem o preparo de uma mão de obra especializada para tanto. Ao mesmo tempo, essa mão de obra deveria ser dócil, obediente e entender o seu trabalho como uma contribuição para o desenvolvimento do Estado, da Região e da Nação. Para atingir seus objetivos, Virgílio Távora não mediu esforços para se inserir nos projetos internacionais norte-americanos capitaneados pela Aliança para o Progresso, estabelecendo desde os acordos com órgãos internacionais aos programas educacionais capazes de garantir a formação e disciplinarização dos trabalhadores (MELO, 2006: 44)

Nesse sentido, fazia parte das pretensões do Plano de Metas Estadual promover o desenvolvimento social, pelo viés do planejamento e investimento na formação educacional especializada, buscando recursos financeiros federais e internacionais. Além disso, expansão do setor educacional, melhoria do ensino e a capacitação técnica para o mundo do trabalho eram elementos que norteavam os discursos governamentais sobre a educação. O poder instituído proclamava, assim, a supremacia do discurso técnico-racional na gestão pública em detrimento da personalidade e do paternalismo.

Essas eram práticas culturais que – no modelo de desenvolvimento social propalado pelo PLAMEG – deveriam ser superadas. Haja vista, significarem “atraso” e ineficiência para o Estado. Portanto, o setor educacional estadual também era um componente que precisava passar por mudanças dentro do ideário proposto, a fim de contribuir para o desenvolvimento estadual.

De tal modo, na primeira seção do artigo, destacamos a produção de discursos sobre planejamento governamental, eficiência administrativa combate ao paternalismo e educação na gestão pública. Nesse sentido, consideramos necessário atentar para o ideário de modernização, educação e planejamento que o governador se intitulava representante, afinal:

A ideia de inserir o Ceará no projeto desenvolvimentista parte de um governador que já vinha de uma vasta experiência de articulações políticas e na administração federal onde já fora ministro por duas vezes. Era coronel do Exército, membro da Escola Superior de Guerra numa época em que os militares ganharam destaque diante do combate à “indisciplina” da sociedade e iniciaram a elaboração de uma pedagogia militarista nos quartéis “através de disciplinas a serem ensinadas como: a educação moral, a educação cívica, religiosa, familiar e a educação nacionalista. (Idem, 2006: 42)

Por sua vez, o acesso à documentação do Governo de Virgílio Távora possibilitou observar que os discursos produzidos pelo poder público destacavam os intuítos de construir um desenvolvimento sistematizado para o Estado do Ceará na área econômica, política, cultural e educacional.

No período de 1963 a 1966, o governo Virgílio Távora construiu práticas administrativas marcadas pelo conjunto de metas do planejamento da economia estadual. As ações visavam enfrentar os entraves para o desenvolvimento econômico, e conseguir adesão política das elites locais ao projeto de governo propalado. O enfrentamento das problemáticas educacionais, por meio do planejamento estatal, também era contemplado no programa de governo. A fim de melhorar as condições de infraestrutura do setor educacional e a capacitação técnica dos profissionais de ensino, o PLAMEG, em seu item: “Melhoria das Condições de Vida do Homem” apontava para a necessidade de se identificar problemas do setor educacional e estabelecia prioridades para o crescimento da educação local.

Por isso mesmo, já tivemos oportunidade de salientar que o aperfeiçoamento profissional do professorado, a motivação e o estímulo aos educadores, de par com o aumento do quadro de magistério público e sua melhoria salarial, foram medidas que, adicionadas à da expansão da rede escolar do Estado, constituem a tônica do nosso Governo na área da política educacional.

A melhoria das condições de trabalho do magistério e expansão da rede de ensino Estadual representavam sinônimos de desenvolvimento da educação local. No Plano de Metas estadual, os discursos elaborados pelo poder público estadual mencionavam a educação como um mecanismo de desenvolvimento social atrelada a um conjunto de normas, planejamento, procedimentos idealizados pelo Governo Virgílio Távora, no escopo de promover o desenvolvimento econômico e político local.

A industrialização e a construção de um modelo governamental baseado em parâmetros técnicos serviam de orientação à gestão pública de Virgílio Távora, a qual inaugura no Ceará um período que estabeleceu programas de desenvolvimento econômico e ações institucionais que ensejavam impulsionar o desenvolvimento da economia local com o apoio das elites cearenses. Mediante a força de um líder catalisador dos interesses políticos estaduais e com a eficiência do planejamento governamental, o Estado conseguiria alcançar o desenvolvimento econômico, assim:

Os anos sessenta representam um claro divisor de águas nas formas de gestão da coisa pública. É neste momento que, com efeito, se organiza uma burocracia estatal estruturada a partir de processos decisórios orientados para uma racionalidade técnica, onde o planejamento é adotado como instrumento de governo. (VIEIRA, 2002: 244)

Com base nos pressupostos apresentados, o governo estadual organiza comissões de especialistas e um conjunto de procedimentos burocráticos que visavam produzir um olhar técnico e minucioso sobre a educação. Programas educacionais, bem como diagnósticos sobre as problemáticas educacionais são produzidos e soluções são propostas. Assim, o planejamento da educação é referendado como um instrumento útil e eficaz para o desenvolvimento da educação no Ceará.

### **3. DEMOCRATIZAR A EDUCAÇÃO**

O conjunto de documentos das secretarias de planejamento e educação que compõe o Acervo Virgílio Távora, no que tange aos anos 1960, contém diversos documentos, tais como: dossiês, reuniões sobre condições estruturais das escolas municipais, planos de governo, reivindicações do corpo docente e diretores de escolas, resumo de atendimentos a solicitações de municípios, convênios entre prefeituras e poder estadual, relatórios sobre reconstruções e funcionamento de estabelecimentos de ensino, orçamentos, projetos, editais e relação de professores contratados. Estes registros são representativos dos embates e percursos da gestação de uma política educacional para o Ceará.

Podemos identificar, nesta documentação, discursos produzidos pelo poder executivo sobre a política educacional do Ceará. Questões relacionadas ao cotidiano e reivindicações educacionais do período focalizado são recorrentes nas fontes de pesquisa examinadas. Tais documentos apontam que mecanismos de reforma e planejamento nutriam as ações governamentais. Assim, sobre as políticas públicas educacionais no Ceará, assevera Cavalcante (2002: 36-37):

Podemos inferir desse percurso preliminar pelo século XX, que, no Ceará e no Brasil, se os primeiros 50 anos foram o momento da edificação do sistema escolar, a segunda metade, conforma-se, em certo sentido, em mantê-lo, esticá-lo ou esconder as feridas deixadas por um processo político incapaz de efetivar a chamada promessa de democratização da escola, condição apontada pelos entusiasmados intelectuais e políticos do Império e da Primeira República, como fundamental para que o país se modernizasse, muito embora, passados séculos, sucessivas reformas e promessas não tenham sido capazes de fazer desse propósito uma realidade.

Durante a segunda metade do século XX, planos, projetos e ações educacionais do estado foram registrados pelo poder executivo local e compõem o acervo Virgílio Távora. Essas fontes documentais descortinam embates do cotidiano das instituições de ensino do Estado nos anos 1960 – num campo educacional marcado pelas dificuldades de democratizar o acesso à educação. Esse universo remonta às ações governamentais, às propostas educativas e aos planos de modificação do ensino e infraestrutura escolar, que visavam redefinir o cenário da educação estadual. Deste modo, percebermos tensões entre os discursos construídos pelo poder instituído para educação e o cotidiano da rede de ensino estadual, afinal:

O governador Virgílio Távora encontrou uma realidade educacional em que 725 mil crianças em idade escolar, das quais apenas 316 mil frequentavam a escola. A taxa de analfabetismo, inclusive entre adultos, chega a 66%, um das mais altas do país. O novo governo lançou o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG) onde, no campo educacional, as ações voltam-se para a ampliação do atendimento à demanda pelo ensino, com ênfase na recuperação e construção de escolas. (FILIZIOLA, 2002: 205).

O Estado do Ceará possuía um reduzido número de alunos nas escolas, em muitos municípios inexistiam estabelecimentos de ensino, e havia uma grande carência de qualificação profissional dos professores. A documentação do Acervo Virgílio Távora, em diversos momentos, trata de práticas governamentais no intento de solucionar os problemas mencionados. Conflitos educacionais que demarcaram a gestão pública estadual na segunda metade do século XX.

#### 4. O NACIONAL E O COTIDIANO DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ

Em sintonia com a política educacional do país durante os anos sessenta, os programas e as ações do poder público local – alardeavam compromisso com o desenvolvimento econômico – atrelado à necessidade de reformular o modelo educacional vigente. Isso, mediante uma forte parceria entre “capital humano”, ensino e mundo do trabalho (SHIROMA, 2004.)

Freitag (1986) salienta o forte atrelamento entre as práticas de disciplina produzidas pelo regime militar e a política educacional que se buscava efetivar no período da ditadura militar pós-64. O Estado é apresentado como elemento catalisador do processo educacional, em diversas instâncias: na escola, na legislação, e nos aparelhos repressivos institucionais. Dessa maneira, cabe ao poder público conduzir e promover o desenvolvimento educacional.

As intervenções estabelecidas no setor deveriam ser assimiladas por aqueles que vivenciavam o cotidiano escolar, isto é, professores, alunos, pais, diretores e funcionários. Indivíduos que poderiam se apropriar das formulações propostas em múltiplos espaços da esfera pública, uma vez que criavam formas de inserção num Estado pontuado pelos auspícios do planejamento e da eficiência.

No Ceará, os referidos anseios governamentais são descritos nos discursos oficiais. Virgílio Távora, em publicação oficial do governo do Estado, intitulada “Uma experiência de administração planejada”, afirmava a relevância do planejamento governamental:

A aliança dos maiores partidos da terra, o PSD e a UDN, ao lado de outros menores, e o compromisso por nós assumido de executar um PLANO DE METAS GOVERNAMENTAIS – O PLAMEG que os senhores conhecerão dentro em pouco no decorrer dessa palestra – assegurou-nos, em princípio, a possibilidade de êxito na tarefa, por demais urgente, impulsionando o Ceará para uma nova forma de vida, dinamizada pela técnica, pela indústria, pela educação, pela saúde, melhormente (sic) distribuídas entre todos. Porque, a nosso ver, o único meio de evitar-se a continuidade do paternalismo estatal – o Estado pai de todos os cidadãos, que buscam os cofres como arrimo único ou principal de uma sociedade empobrecida pelo atraso mental e material – será, sem qualquer sombra de dúvida, a criação de novas riquezas, estimulando-se a iniciativa privada.

Este discurso governamental apresenta as ações iniciais do primeiro governo de Virgílio Távora. Além disso, ressalta o atrelamento do saber técnico às resoluções dos problemas estaduais no campo econômico, social e educacional. Havia, então, uma perspectiva de que o fortalecimento dos investimentos industriais, mediante suporte da iniciativa privada e o incentivo do crescimento do setor educacional, possibilitariam a inserção do Ceará nos padrões da modernidade capitalista na época propalada.

A conjugação entre trabalho, educação e técnica serviu, em muitos momentos, de lastro para as políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, durante a segunda metade do século XX, tanto na esfera nacional, como estadual. Sobre ensino e qualificação dos profissionais da educação no Ceará, durante o primeiro Governo de Virgílio Távora, Veras (1990: 212) ressalta:

O programa governamental em relação ao ensino primário se dirigia a ampliar as condições de acesso do alunado à escola pública, a par de medidas voltadas para reequipamento e recuperação dos prédios existentes, melhorias das condições de administração, supervisão e fiscalização do ensino e suplementação de salários de professores municipais em convênio com as prefeituras, além do aperfeiçoamento do corpo docente, através de cursos regulares e de emergência, inclusive para a implantação das 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Séries, aumento numérico de professores mediante contratação e difusão dos planos educacionais e de seus objetivos, visando a despertar o interesse público para a causa do ensino.

Por este prisma, as ações governamentais estavam pautadas pelo empenho de criar uma lógica estatal com base em intervenções sistematizadas que objetivavam investir na alteração das condições de infraestrutura e capacitação de recursos humanos para o campo educacional com o propósito de promover o incremento do setor. O planejamento deveria impulsionar uma atuação assertiva por parte do poder público na resolução das problemáticas educacionais. Propósitos que estavam relacionados com o aumento do acesso à escola, reestruturação física dos estabelecimentos de ensino, contratação de novos docentes, aumentos salariais e construção de planos educacionais afirmativos do valor da educação para o desenvolvimento social.

Além disso, com base no discurso de Virgílio Távora citado há pouco, podemos afirmar que o redimensionamento da gestão pública era foco central das preocupações do novo governo, imbuído de uma lógica antagônica às práticas políticas consideradas “tradicionalistas” e de “mentalidade atrasada”, pois estavam sedimentadas em mecanismos paternalistas de condução da administração governamental.

O personalismo na gestão do Estado permeava, entretanto, a resolução dos problemas sociais dos indivíduos que buscavam um canal de comunicação com o poder público. Por intermédio de correspondências enviadas a Virgílio Távora, muitos sujeitos buscavam a resolução de conflitos e faziam reivindicações no campo educacional. Não obstante, os discursos governamentais investigados pontuassem que cabia ao Estado, em uma nova etapa a ser construída, combater tais ações “inimigas” do desenvolvimento, econômico-social do Ceará.

Considerando-se essas questões, algumas indagações fundamentais surgem como norteadoras desse trabalho. São elas: numa sociedade marcada pelo paternalismo, o que significaria reforçar a ideia que essas práticas deviam ser abolidas? Existiria a necessidade de afirmar o não atrelamento da imagem do governador e do poder público ao paternalismo e a troca de favores? Se caso afirmativo, quais os significados dessa necessidade de desvinculação? Ademais, como esses embates se evidenciavam no campo educacional? Que discursos são construídos sobre educação e troca de favores num momento de acentuada valorização da “neutralidade” do Estado ao dialogar com os múltiplos segmentos da sociedade local?

No que tange às políticas de gestão do Estado, é plausível afirmar que o governo de Virgílio Távora era orientado pelos setores consagrados da política tradicional cearense. A coligação “União pelo Ceará”, proveniente da aliança entre o “Partido Social Democrático” (PSD) e “União Democrática Nacional” (UDN) garantiu a vitória de Virgílio para administrar o Estado:

As principais consequências da União pelo Ceará nas décadas seguintes foram: a centralização cada vez mais forte no executivo estadual, a queda de importância dos chefes políticos partidários, dos chefes políticos locais, o isolamento da esquerda, e uma perda política das regiões do Estado. O governador se tornou um chefe político incontestado do Estado. A capital do Estado assumiu maior posição estratégica na política do Estado (ALENCAR, 2006: 115).

Dessa forma, as forças políticas consideradas conservadoras, que contribuíram para eleição de Virgílio, enfatizavam a urgência de construir um governo centralizador das políticas públicas, que deveria ser guiado pela liderança catalisadora do dirigente do executivo estadual. Reforçava-se o atrelamento entre o carisma individual do governador e a eficiência administrativa do Estado. Algumas interpretações sobre o período consideram que o governo eleito mesclava elementos da cultura política tradicional e do discurso modernizador dos anos 1950 e 1960 no Ceará:

O quadro de transição está, desta forma, formado com o fortalecimento de duas lideranças que serão importantes na estruturação partidária cearense do período: Virgílio Távora e Carlos Jereissati. São, desta forma, dois tipos de lideranças diferentes, mas representativas de uma transição de uma ideologia conservadora para uma onda ideológica modernizadora. Como afirmando, a modernidade, entendida como uma racionalidade weberiana, técnica, já era uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses, e essa ideologia, modernizadora, identificada com a industrialização, foi facilmente assimilada pelas elites cearenses. (PARENTE, 2000: 117)

Por conseguinte, a defesa da industrialização, de um aparelho estatal técnico, eficiente, desenvolvimentista e capitalista norteava os pressupostos da política local. O planejamento das ações governamentais – em parceria com a iniciativa privada – poderia combater o propalado atraso econômico, social e político.

Os investimentos na educação também alavancariam o desenvolvimento estadual. Trata-se de tarefa preponderante desta gestão pública, alterar o seu perfil administrativo e incorporar os desígnios de uma administração planejada. Havia, pois, a necessidade de construção de um planejamento macro das ações governamentais, “livres” das amarras partidárias que, durante o longo período, imperaram a agilidade e eficiência administrativa.

Buscava-se referendar a ideia de um Estado “neutro”, acima dos conflitos sociais, um Estado guiado pelo ideal de progresso e desenvolvimento econômico do Ceará. Metas, percursos e estratégias eram estabelecidos a fim de se consolidar as primícias norteadoras de um governo que se apresentava como modernizador.

Em suma, reforçava-se um entrelaçamento entre a capacidade de convencimento do governante e a proposta de desenvolvimento delineada. Ao Estado, atribuía-se a função de regulador dos conflitos sociais. É plausível imaginarmos que o poder público iria concretizar as principais ações de modernização do Ceará por meio do conjunto de propostas contidas no PLAMEG, apoiado, ainda, pelo potencial aglutinador de Virgílio. De tal modo:

O projeto desenvolvimentista do Ceará passou a ser “vendido” por Virgílio como se estivesse acima de todas as diferenças e interesses conflitantes, como se estivesse além de tudo e de todos, pairando sobre a realidade social e institucional. Esse projeto desenvolvimentista, configurado no PLAMEG, representava, na verdade, a implantação de uma atuação hegemônica do Estado sob o

comando de Virgílio que só se concretizaria se todos os segmentos da sociedade – mesmo aqueles estruturalmente antagônicos (empresários, trabalhadores, políticos (etc.) – concentrassem suas energias para sua realização. (NUNES, 1991: 152-153)

Nos anos iniciais da ditadura militar, o modelo político em construção no Ceará estava pautado por uma ampla reformulação do papel do Estado. Por outro lado, nos discursos governamentais produzidos, muitas vezes havia uma interpenetração de práticas políticas consideradas “arcaicas” associadas ao paternalismo e “inovadoras” relacionadas com o ideário técnico-racional capitalista, que também demarcaram o campo educacional:

O golpe militar de 1964 reforçou a tendência de centralização política e administrativa nos Executivos federal e estadual, facilitando os acordos de cúpulas. Decisões administrativas seriam tomadas de forma mais discricionária referente à alocação de recursos e investimentos para as diversas regiões do Estado. Estavam criadas, sob a liderança de Virgílio, as condições de implantação de um projeto de modernização conservadora. (ALENCAR, 2006: 200)

Nesse campo de estratégias discursivas, percebemos que o paternalismo estatal e a ineficácia administrativa são apontados como representantes de um modelo político discrepante do projeto desenvolvimentista estadual de então. Tornava-se, dessa maneira, responsabilidade do poder público criar mecanismos capazes de “abolir” esses empecilhos para a concretização dos pressupostos gerenciais almejados pelo governo.

Assim, podemos identificar no trabalho de pesquisa discursos oficiais – ao lado de solicitações educacionais enviadas a Virgílio Távora – que desvelam a relação entre paternalismo e papel do poder público na resolução das problemáticas educacionais. A análise das relações entre professores e políticos da época permite atentarmos para que:

O professor primário se desfigura como profissional, para configura-se como cliente dos políticos, bem à moda da “política dos governadores” instaurada no regime oligárquico. Recrutados no meio dos egressos das escolas normais, estas ainda privilégio da classe média, o salário para a maioria desses professores não tinha qualquer relevância, porquanto o trabalho representava mais uma relação de poder político, que uma relação profissional (VERAS, 1990: 218-219).

No campo educacional, as relações sociais, muitas vezes, foram balizadas pelo paternalismo estatal e troca de favores. Expressos em discursos do poder público e nos clamores de inúmeras cartas enviadas para Virgílio Távora. Estas correspondências tratavam de questões relacionadas a pedidos de bolsas de estudos, emprego, liberação de recursos financeiros para escolas e contratação de profissionais para o setor da educação, assim, contribuíam para a construção de um campo educacional marcado por antagonismos nas formas de lidar com as problemáticas da educação.

Sujeitos que vivenciaram o setor educacional, tais como, professores, diretores de escolas, estudantes, desempregados, pais, parlamentares, religiosos e profissionais do setor, reivindicavam o caráter protecionista e pessoal dos políticos locais na resolução das problemáticas educacionais. A rigor, os discursos oficiais investigados e o levantamento das solicitações educacionais feitas para Virgílio Távora, lançam luzes sobre os significados produzidos para planejamento estatal, nacionalidade, paternalismo e acesso à educação no Ceará.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALENCAR, Júnior José Sydrião de. Virgílio Távora: *O coronel modernizador do Ceará*. Fortaleza: 2006. Tese (Doutorado).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. *Inventário do Acervo VirgílioTávora*. Fortaleza: Secult, 2003.
- CAVALCANTE, Maria Juraci M. Bezerra. (Org.). *História e memória da educação no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.
- CUNHA, Luiz Antônio e Góes de Moacyr. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- FILIZIOLA, Júlio Neto. *O Liceu do Ceará e as políticas*, 1975. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). *História e memória da educação no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002, (pp. 212-213).
- FREITAG, Barbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Editora Moraes, 1986.
- MELO, Francisco Egberto de. *A cultura cívica na educação cearense (1963-1973): na tapeçaria da história, entre o “livro da professora” e os festejos à pátria e ao progresso*. Fortaleza: UFC, 2006. Dissertação (Mestrado).
- NUNES, Márcia Vidal. *Imprensa e poder: O jornal O Povo durante os dois governos de Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982)*. Fortaleza: UFC, 1991. Dissertação (Mestrado).
- PARENTE, Francisco. Josênio Camelo. *A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza: Edições UFC, Edições UVA, 2000.
- SHIROMA, Oto Eneida (et ali). *Política educacional*. Rio de Janeiro: DPEA, 2004.
- VERAS, Maria Eudes Bezerra. *Estado e financiamento da educação*. Fortaleza: UFC, 1990. Dissertação (Mestrado).
- VIEIRA, Sofia Lerche. *História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.